

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO DO COMITÊ DE IMPLEMENTAÇÃO DO MONITORAMENTO PRUDENCIAL

REUNIÃO 007-2026

Aos 20 (vinte) dias do mês de agosto de 2026, às 15h (quinze horas), reuniram-se, na forma online, os membros do Comitê de Implementação do Monitoramento Prudencial, com reunião presidida por Eduardo Rossi. Participaram da reunião Eduardo Rossi, Priscila Kemparski, Weber Dass, Mauricio Borges, Helen Apolinário, Kamila Almeida, Everilda Borges, Nathalia Vieira, Alex Street, Alexandre Lopes, Camilla Gonçalves Fernandes, Erik Rego, Leandro Issao, Luiz Felipe Calabro, Mariana Amim, Miguel Perez e Victor Iocca.

Cumpridas as formalidades legais, com posterior assinatura da lista de presença, convidaram a mim, Everilda Borges, para secretariar a presente Reunião, com a seguinte Ordem do Dia:

Item 1. Abertura; e

Item 2. Proposta de salvaguardas financeiras.

Item 1. Abertura: A reunião teve início com a condução de Eduardo Rossi, que apresentou o tema das salvaguardas financeiras como o quarto componente da estrutura básica de segurança de mercado idealizada pela CCEE, ao lado dos critérios de entrada, manutenção e saída, do monitoramento prudencial e do processo sancionador. Informou que a proposta apresentada era uma minuta inicial, simultaneamente submetida às áreas técnicas da CCEE e ao Comitê, para receber críticas, diretrizes e contribuições do mercado antes do encaminhamento à ANEEL.

Eduardo Rossi ressaltou que o conceito de salvaguardas já havia sido apresentado no Roadmap de Segurança de Mercado de 2021, mas que a proposta estava sendo retomada e aprimorada a partir das experiências do período sombra do monitoramento prudencial. A expectativa informada foi encaminhar à ANEEL uma nota técnica detalhada até novembro de 2026. Alexandre Lopes manifestou apoio ao avanço da discussão e confirmou que o material poderia ser compartilhado com os associados para ampliar o debate. Eduardo Rossi informou, ainda, a intenção de revisar o regimento do Comitê, deixando explícito que temas confidenciais não deverão ser levados ao colegiado e reforçando sua função de testar propostas e colher feedback das categorias representadas.

Item 2. Proposta de salvaguardas financeiras: Helen Apolinário contextualizou a evolução regulatória do tema, informando que em 2021, a CCEE encaminhou à ANEEL propostas sobre monitoramento prudencial e salvaguardas financeiras, posteriormente tratadas nas Consultas Públicas nº 10 e nº 11, de 2022. Enquanto o

monitoramento prudencial avançou, a discussão sobre salvaguardas permaneceu na etapa de recebimento de contribuições, sem conclusão normativa. A retomada permite incorporar as lições aprendidas no período sombra e detalhar a forma de cálculo do mecanismo.

Foi esclarecido que as salvaguardas têm como objetivo proteger a liquidação multilateral do Mercado de Curto Prazo - MCP, não substituindo a gestão bilateral de risco realizada pelos agentes. A CCEE apresentou benchmarking de sete mercados internacionais, analisados sob quatro perspectivas: mensuração da exposição, mitigação de risco, tratamento de default e governança. As principais lições identificadas foram a importância do horizonte de exposição, a mensuração dinâmica do risco, a calibração das garantias pelo risco e não apenas pelo porte, a definição prévia da gestão de default e a necessidade de transparência e governança.

A proposta revisada manteve a cascata de seis camadas: garantia financeira individual para os ciclos M0 e M1; reserva prudencial do agente; corte de contratos; recursos provenientes do processo sancionador; mutualização das reservas dos demais agentes; e loss sharing. As principais alterações concentram-se na segunda camada, em que as cotas fixas e variável foram substituídas por reserva prudencial base e reserva prudencial variável, e na quarta camada, que passa a considerar somente recursos decorrentes do processo sancionador, excluindo eventuais sobras orçamentárias da CCEE.

A reserva prudencial base deverá refletir o risco próprio do agente, considerando, entre outros elementos, a possibilidade de elevação da exposição decorrente de cortes de contratos, seu histórico de liquidações e sua alavancagem. A reserva variável funcionará como multiplicador da reserva base, por meio de índice prudencial de mercado formado por indicadores sistêmicos, como inadimplência do MCP, volatilidade dos preços futuros, volatilidade intradiária do PLD e descolamentos entre submercados. A metodologia e sua álgebra ainda serão aprofundadas e apresentadas ao Comitê em reunião futura.

Quanto à quinta camada, a CCEE propôs implementação faseada. Inicialmente, haveria período sombra sem efeitos financeiros; em seguida, aplicação das camadas individuais com efeitos financeiros, porém sem mutualização; e somente em etapa posterior seria avaliada a necessidade de utilizar as reservas dos demais agentes. O objetivo é verificar se os mecanismos individuais são suficientes para reduzir o risco e a incidência de loss sharing antes de impor ao mercado o custo adicional de um fundo mutualizado. Foi informado que, no desenho em estudo, participariam do fundo todas as classes de agentes, exceto os distribuidores. Ficaram como próximos passos o compartilhamento da apresentação com os membros, a discussão da proposta com as respectivas bases, o aprofundamento da metodologia das reservas e dos testes de estresse e a possível inclusão, nas próximas reuniões, dos estudos de redução do calendário e das contribuições à consulta pública do processo sancionador. Foi informado, também, que a próxima sala técnica, prevista para 28 de agosto de 2026, tratará da incorporação do risco de submercado no cálculo do RWA, com apresentação de backtests e de abordagens paramétricas e não paramétricas. As indicações de participantes deverão ser encaminhadas previamente à CCEE, sem compartilhamento direto do link da reunião.

Encerrando, Eduardo Rossi reiterou que a proposta de salvaguardas financeiras ainda é preliminar e que todas as sugestões e demandas de aprofundamento serão consideradas. Agradeceu a participação de todos e informou que a pauta do próximo encontro será comunicada oportunamente.

São Paulo, 20 de agosto de 2026.

Eduardo Rossi

Priscila Kemparski

Weber Dass

Mauricio Borges

Helen Apolinário

Kamila Almeida

Everilda Borges

Nathalia Vieira

Alex Street

Alexandre Lopes

Camilla Gonçalves Fernandes

Erik Rego

Leandro Issao

Luiz Felipe Calabro

Mariana Amim

Miguel Perez

Victor Iocca